

20% é pouco: a paridade de raça e gênero precisa ser pautada



» TAINAH PEREIRA
Coordenadora política do
Mulheres Negras Decidem

» HELENA SALVADOR
Coordenadora de Mobilização
do Pacto pela Democracia

Por que as decisões dos Poderes apontam para um retrocesso mesmo quando há uma janela de oportunidade para mudar a história democrática do Brasil? Por que não tomar as referências que deram certo e aplicá-las no Brasil também?

Essa é a pergunta que nos inquieta diante da possibilidade da Câmara apresentar um novo texto para o Código Eleitoral, proposta que poderia revolucionar a presença de mulheres na política e transformar a democracia. Mas o que se vê é a falta de vontade de mudança, especialmente de quem representa os partidos e conduz essa reforma. Os parlamentares responsáveis defendem, antes de tudo, os interesses partidários, profundamente marcados pela lógica de manter o poder concentrado nas mãos de poucos homens.

No final do mês, está prevista a leitura, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, da proposta de reforma do Código Eleitoral (PLP 112/2021). Uma das mudanças centrais é a substituição da atual exigência de que os partidos apresentem 30% de candidaturas femininas por uma reserva de 20% das cadeiras

nos parlamentos para mulheres. À primeira vista, essa alteração pode parecer um avanço — e, em alguns contextos locais, especialmente onde não há nenhuma mulher eleita, pode ter um impacto significativo. No entanto, é preciso atenção: essa troca de uma exigência pela outra é, na verdade, um retrocesso que mascara uma perda de oportunidade de avanço. Em 2025, reservar apenas 20% das cadeiras para mulheres é pouco para o Brasil.

Sempre é importante relembrar o mantra: as mulheres são mais de 50% da população brasileira, mas não ocupam nem um terço das cadeiras no Congresso Nacional. E, entre elas, as mulheres negras — que são a maioria — têm uma representação ainda menor. A realidade hoje é a seguinte: o Senado tem 19,8% de mulheres, e a Câmara dos Deputados, 17,7%. Ou seja, mesmo sem a reserva de cadeiras, a nível nacional o Brasil já se aproxima dos 20%. Trocar a exigência de candidaturas femininas por uma reserva tão baixa é jogar fora uma oportunidade real de transformação. Se existe um momento certo para falar de paridade no Brasil, é agora.

Países latino-americanos têm implementado leis para promover uma representação mais equitativa. A Argentina foi pioneira ao estabelecer, em 1991, uma lei que determinava que pelo menos 30% das candidaturas fossem ocupadas por mulheres. Essa medida evoluiu e em 2017 o país adotou a paridade de gênero nas listas eleitorais. Bolívia, Costa Rica, Equador, Peru e Panamá estabeleceram cotas de 50% para a participação feminina nas candidaturas. Honduras implementou uma cota de 40% em 2012, com o objetivo de alcançar a paridade ao longo do tempo.

É notável que há um amplo entendimento na região de que a presença de mais mulheres

nos parlamentos e em cargos executivos contribui para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero, resultando em uma democracia mais sólida. Enquanto isso, no Brasil, alega-se que a regra atual dos 30% de candidaturas obrigatórias “não funciona”, que só “atrapalha os partidos” e que a reserva de cadeiras (de menos de um terço delas) seria a “verdadeira revolução”. Suspeita-se ainda que nenhum país teria avançado na paridade por meio de candidaturas, apenas com a reserva de cadeiras.

Convidamos os a olhar com atenção para o exemplo do México e da “paridade em tudo”. Foi a exigência de 50% de mulheres nas listas de votação, dentro dos partidos, que impulsionou mudanças estruturais. As resistências foram vencidas com leis firmes, fiscalização rigorosa e sanções reais. Com uma combinação poderosa entre candidaturas obrigatórias, reserva de cadeiras, financiamento e punições aos partidos que descumprirem a lei. A mesma combinação que está sendo ignorada pelos parlamentares brasileiros, que recentemente operaram uma campanha pela anistia aos partidos que não cumpriam com o financiamento das candidaturas de mulheres.

Nenhum instrumento isolado romperá barreiras estruturais que mantêm as mulheres afastadas do poder. O avanço real da representatividade exige coragem para pautar o debate e desafiar os partidos a assumirem esse compromisso. Mais uma vez, o Brasil negocia uma reforma política beneficiando os mesmos de sempre — partidos que resistem sistematicamente às mudanças. É lamentável constatar que, mesmo diante de uma oportunidade concreta de transformação, opte-se novamente pelo retrocesso.



Hamas venceu: inteligência morreu



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Em geral, artigos em jornal morrem no dia seguinte à sua publicação. Mas, ao assistir ao noticiário do último fim de semana sobre a violência do exército israelense em Gaza, 20 meses depois de um artigo, publicado em outubro de 2023, creio que se justifica republicá-lo, sem mudar uma vírgula, nem título:

“Nenhum país do mundo tem o acervo de Israel em inteligência. Apesar disso, a política externa israelense não consegue construir uma nação em paz com seus vizinhos porque, ao serem provocados por grupos terroristas, seus dirigentes abandonam a inteligência da diplomacia, construtora da convivência no longo prazo, e optam pelo poder militar, da destruição da população palestina. Caem nas armadilhas dos que precisam incentivar o radicalismo que se retroalimenta impedindo a paz e promovendo o ódio que os terroristas precisam.”

O Hamas aproveitou um primeiro-ministro israelense fragilizado politicamente e moralmente, sem estatura de estadista, defensor da ocupação de todo o território palestino. Seus terroristas invadiram Israel, assassinaram e sequestraram centenas de civis e conseguiram provocar a reação militar contra a população de Gaza.

Sacrificaram os próprios irmãos palestinos soterrados em escombros, mas venceram porque mataram a inteligência que caracteriza a história e o pensamento judaico.

Sobre os escombros de Gaza e os cadáveres de crianças palestinas, o Hamas venceu ao trazer Israel para a barbárie. Mesmo que o exército de Israel mate todos os militantes do Hamas e seus irmãos, primos e netos e destrua todos os prédios onde eles habitam, no longo prazo, Israel não terá vencido a guerra, porque muitos dos que se opõem ao Estado de Israel devem estar usando a destruição de Gaza e as imagens de crianças soterradas para alimentar o antissionismo (contra a criação do Estado de Israel) e o antisemitismo (contra o povo judeu). O Hamas conseguiu diminuir o número dos que dizem: “Faça o que fizer o governo de Israel com as crianças de Gaza, continuarei respeitando e admirando o povo judeu”.

O mundo precisa continuar a respeitar e ser solidário com os judeus, não esquecer as diásporas, genocídios, holocaustos e guetos que eles sofreram, mas Israel precisa de estadistas que não pratiquem diáspora, genocídio, holocausto, guetos contra os palestinos.

Segundo Hannah Arendt, nazista gestor da “solução final” foi um burocrata banal movido pelo clima antisemita, hoje os dirigentes israelenses são políticos banais com obsessão por solução militar, sem inteligência política nem diplomática, sem visão de longo prazo, movidos pelo clima de raiva provocado por um insano e bárbaro grupo terrorista. Políticos banais que, para atender ao explicável desejo de vingança dos eleitores israelenses, cometem o

erro moral de explodir bombas contra famílias para atingir um bandido que está no meio, e o erro histórico de comprometer o próprio país, mantendo-o em guerra permanente; além de provocar a erosão do apoio internacional para a causa do direito de Israel a sua sobrevivência. Presos ao imediato, reagindo a terroristas, os políticos banais usam o direito de Israel a se defender no presente contra alguns terroristas e matam a chance de convivência no longo prazo com os palestinos. O ódio e a raiva matam a inteligência e dão ao Hamas a vitória de serem confundidos com o povo que sacrificam.

Matam alguns indivíduos criminosos dando-lhes a vitória da sobrevivência e fortalecimento da ideia do antissionismo. A morte da inteligência impede os políticos banais de Israel de agirem para matar as ideias que alimentam o terror. Matam alguns ou todos terroristas insanos alimentando as ideias insanas que seguem motivando novas gerações.

Se fossem estadistas, denunciariam a brutalidade desumana dos terroristas, preparariam as armas, mas convenceriam seus eleitores de que o momento da vitória chegaria com o apoio do mundo inteiro, inclusive de palestinos, chocados com os atos do Hamas e com a própria tragédia social em que vivem sob o governo desse partido insano. E formulariam um mapa para a construção de dois Estados convivendo em paz. Essa seria a verdadeira derrota do Hamas, sem dar-lhes o combustível de milhares de inocentes soterrados nos escombros que servirão de plataforma para ampliar o terrorismo, o antissionismo e o antisemitismo.”

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dfa@abr.com.br



A dança macabra

A possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial tem sido objeto de crescente preocupação em 2025, impulsionada por uma combinação de fatores geopolíticos, tecnológicos e sociais. Pelo panorama global, as tensões crescentes são uma realidade que vai sendo construída peça por peça. O cenário internacional atual é marcado por múltiplos conflitos simultâneos e uma crescente fragmentação da ordem mundial.

Exemplos podem ser conferidos agora no conflito Rússia-Ucrânia, uma guerra contínua intensa, com a Rússia utilizando mísseis hipersônicos e drones, enquanto a Ucrânia realiza ataques com drones em território russo, incluindo Moscou. Também anda tenso o conflito Índia-Paquistão. Lembrando que, neste mês, a Índia lançou a Operação Sindoar contra alvos no Paquistão, resultando em retaliações e dezenas de mortos. Esse conflito marcou a primeira guerra de drones entre duas nações com armas nucleares. No Oriente Médio, a escalada entre Israel e Irã, com envolvimento de grupos como o Hezbollah, aumenta o risco de um conflito regional mais amplo.

Existem ainda tensões entre os EUA e a China, com disputas comerciais e militares no Indo-Pacífico, especialmente em torno de Taiwan e do Mar do Sul da China, criando, assim, uma extensa e complicada região que tem se mantido em alerta máximo nesses últimos anos. Observa-se, ainda, o chamado Eixo da Revolta, que vem a ser uma nova aliança crescente entre Rússia, China, Irã e Coreia do Norte. Essa aliança, mesmo informal, busca desafiar a ordem global liderada pelo Ocidente, coordenando esforços militares, econômicos e diplomáticos.

Todos esses acontecimentos simultâneos fazem andar o Relógio do Juízo Final, que já indica um alerta máximo. O relógio, que simboliza a proximidade de uma catástrofe global, foi ajustado em 2025 para 23h58min31s, o mais próximo da meia-noite desde sua criação.

Fatores como a guerra na Ucrânia, tensões nucleares e o uso de inteligência artificial (IA) em armamentos contribuíram para esse ajuste. Segundo prevê a própria ferramenta tecnológica denominada IA e com base numa série de dados dispostos em sua memória, há um risco de escalada de uma guerra generalizada. Estudos indicam que modelos de linguagem avançados podem adotar comportamentos em escalas crescentes e em simulações de conflitos, incluindo decisões de primeiro ataque nuclear. Isso levanta preocupações sobre o uso de IA em decisões militares e diplomáticas de alto risco.

A percepção pública também indica a existência de um medo generalizado, nos quatro cantos do mundo, de um conflito de grande envergadura. Pesquisas revelam que entre 41% e 55% dos cidadãos em países europeus e 45% nos EUA consideram provável uma Terceira Guerra Mundial nos próximos cinco a 10 anos. Além disso, a maioria acredita que tal conflito envolveria armas nucleares e causaria mais mortes que a Segunda Guerra. Embora não haja uma previsão definitiva de uma Terceira Guerra, o acúmulo de conflitos regionais, alianças estratégicas desafiadoras e avanços tecnológicos em armamentos aumentam significativamente os riscos de uma escalada global. A vigilância internacional, a diplomacia eficaz e o controle sobre tecnologias emergentes são, aparentemente, essenciais para evitar um conflito de proporções mundiais.

Aliás, em termos de diplomacia, o nosso século parece ser ainda mais carente do que no passado. A distância e o tempo que separa essa nova geração dos conflitos ocorridos durante a Segunda Guerra têm feito com que as pessoas percam a real dimensão do horror representado por um conflito de grande porte, onde o inimigo passa a estar em toda a parte. A Segunda Guerra terminou há quase 80 anos. A maioria das pessoas que viveram diretamente seus horrores não está mais viva. O que restam são memórias institucionalizadas — em museus, livros didáticos e discursos oficiais —, mas cada vez mais distantes da experiência emocional coletiva.

Gerações pós-guerra cresceram em relativa estabilidade, especialmente no Ocidente, sem vivenciar bombardeios, racionamentos ou genocídios em larga escala. A guerra passou de um trauma vivido a um tema de filmes e séries, muitas vezes romântico e transformado em espetáculo. Essa desconexão com o passado faz com que o horror de um conflito total seja subestimado ou visto como uma abstração, o que torna a sociedade mais vulnerável à aceitação passiva de discursos belicistas.

O que se vê é uma diplomacia enfraquecida, multi-polarizada e caótica, pois, comparando com o pós-guerra, observa-se que as instituições multilaterais (como a ONU) estão, neste momento dramático de nossa história, enfraquecidas, sem autoridade real para prevenir ou punir agressões. A diplomacia multilateral — antes valorizada durante a Guerra Fria como meio de contenção — hoje dá lugar a ações unilaterais, guerras híbridas e alianças de ocasião. O mundo está cada vez mais multi-polar, com potências regionais (Rússia, China, Turquia, Irã) desafiando normas internacionais.

Há uma crise de confiança generalizada: líderes populistas tendem a demonizar a diplomacia, tratando-a como fraqueza, e a valorizar a força como instrumento de afirmação nacional. Enfim, temos um cenário que vai se armando ao fundo, pronto para que o drama da guerra possa atuar, mostrando a dança macabra das fôices.

A frase que foi pronunciada:

“A guerra assume tantos disfarces que, às vezes, é chamada de paz.”

Drummond

História de Brasília

É preciso que a Associação Profissional se transforme logo em sindicato para extinguir a picaretagem que está se espalhando demais em Brasília. Agora, fundaram uma tal de Associação dos Profissionais de Imprensa Periódica de Brasília, que está vendendo “carteirinha” a dez mil cruzeiros. (Publicada em 4/5/1962)